

Governo só ajudará estados que demitirem funcionários

REGINA ALVAREZ

BRASÍLIA — O programa de ajuste que o Governo federal pretende impor a estados e municípios com dificuldades financeiras inclui a redução do quadro de pessoal, com demissão de funcionários contratados no regime da CLT, que não têm direito à estabilidade. A equipe econômica quer montar um programa de ajuste para os estados e municípios, com monitoramento semelhante ao do FMI.

O ajuste será feito caso a caso, em troca da ajuda do Governo federal para refinarçar as dívidas dos estados. Quem não cumprir as metas impostos pelo programa terá a ajuda suspensa. Além disso, o Governo vai exigir a receita de impostos e, em alguns casos, ativos dos estados, como garantia para as operações de refinanciamento das dívidas.

O programa prevê o corte de gastos e a suspensão das chamadas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), apontadas hoje como a causa principal do endividamento dos estados no curto prazo. Essas operações são feitas normalmente com bancos privados e os custos chegam a 10% ao mês. Os governadores têm contratado esses empréstimos para pagar funcionários. A proposta do Governo é oferecer aos governadores e prefeitos recursos mais baratos dos bancos federais para quitar essas operações e, num segundo momento, proibir novos empréstimos.

A Caixa Econômica Federal deve liberar, até o dia 20, empréstimos no valor de R\$ 120 milhões para quatro estados: Alagoas, Maranhão, Mato Grosso e Piauí. O presidente da CEF, Sérgio Cutolo, informou que outros estados devem ser beneficiados com, num segundo momento, mas a liberação estará vinculada ao programa de ajuste.

Sérgio Marques/11-8-94



Sérgio Cutolo, da CEF: empréstimos estão condicionados a ajuste

Rio gasta 85% da receita com folha

O Estado do Rio nem precisava de um estímulo federal para começar a falar em corte de pessoal na máquina administrativa. E razões para isso não faltam: de uma receita corrente de R\$ 350 milhões, o estado gasta 85% — R\$ 300 milhões — com o pagamento de 350 mil funcionários, entre estatutários, celetistas e inativos. A folha de pagamento superou em quase todos os meses do ano a receita do ICMS.

O que falta hoje para iniciar a redução efetiva dos quadros da administração pública é o dinheiro para indenizar os funcionários que saírem — demitidos ou em programas de desligamento voluntário. O projeto de reforma administrativa virou também motivo para uma guerra de bastidores entre Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais. Isso porque o Executivo, responsável pelo orçamento do estado, considera os outros poderes perdulários na hora de contratar. Só a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça, com 9% dos funcionários do estado, respondem por 25% dos gastos com a folha salarial.

Uma ajuda federal para o pagamento da dívida seria também muito bem-vinda. Só a dívida em poder do mercado financeiro chega a R\$ 4,2 bilhões, com o agravante de sofrer diariamente a incidência de juros altos. O Governo estadual não tem dinheiro para abater o principal da dívida e foi obrigado, no primeiro semestre, a rolar a totalidade da dívida que venceu no período — mais de R\$ 800 milhões. O assunto exigiu uma negociação desgastante em Brasília e une hoje os governadores dos quatro estados mais ricos do país — Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

As propostas em estudo

1 - Dívidas com operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO):

■ A Caixa Econômica Federal e outros bancos federais vão liberar financiamentos com taxas de juros abaixo do mercado para socorrer os estados que têm dívidas em ARO, cuja garantia é a receita do ICMS. Já está confirmado empréstimo de R\$ 120 milhões para os estados de Alagoas, Mato Grosso, Piauí e Maranhão.

■ O Governo já autorizou o refinanciamento das dívidas de ARO com bancos privados para o estado da Paraíba e vai adotar o mesmo procedimento para o Mato Grosso do Sul.

2 - Dívidas contratuais:

■ O Governo não admite mudanças na lei de rolagem das dívidas contratuais de estados e municípios, aprovada em 93, mas vai refinarçar dívidas de empresas estaduais que ficaram de fora dessa rolagem, com prazo de 30 anos e juros de 6% ao ano.

■ As empresas estaduais de energia elétrica foram autorizadas a trocar os créditos de CRC (sem liquidez imediata) por títulos públicos.

3 - Dívidas dos estados junto aos bancos estaduais:

■ O Governo prepara medida provisória para refinarçar essas dívidas a longo prazo, tendo como garantia os recursos depositados por essas instituições no Banco Central.

4 - Dívida mobiliária:

■ A equipe econômica estuda várias alternativas para refinarçar essas dívidas. As propostas envolvem a troca dos títulos estaduais por títulos federais e a entrega de ativos dos estados como garantia.